

**UMA VIDA DEDICADA A LITERATURA E EDUCAÇÃO (ENTREVISTA)**

**UNA VIDA DEDICADA A LA LITERATURA Y LA EDUCACIÓN (ENTREVISTA)**

**A LIFE DEDICATED TO LITERATURE AND EDUCATION (INTERVIEW)**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.64057>

Maria do Rosario Longo Mortatti<sup>1</sup>

A professora Maria do Rosário Longo Mortatti é professora titular na UNESP – Universidade Estadual Paulista, escritora e poeta. É licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara-SP; mestre e doutora em Educação pela Unicamp; Livre-docente em Alfabetização pela Unesp. Atua no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP - Marília. Atuou em escolas públicas e particulares paulistas, como professora de língua portuguesa e literatura e coordenadora pedagógica. É líder do GPHEELLB – Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil. É Presidente Emérita da ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização e integrou a Diretoria da UBE – União Brasileira de Escritores, em 2021.

É autora de livros, capítulos e artigos sobre história da educação, alfabetização e ensino de língua e literatura, entre os quais: *Leitura, literatura e escola*: sobre a formação do gosto; *Em sobressaltos*: formação de professora; *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo – 1876/1994; *Educação e letramento*; *Métodos de alfabetização no Brasil*: uma história concisa; *Entre a literatura e o ensino*: a formação do leitor; *Diálogos apócrifos*: sobre educação, ensino de língua e literatura; *Receita de ambrosia*: peça didática. Recebeu o 54º. Prêmio Jabuti – Educação, da Câmara Brasileira do Livro, em 2012, pelo livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*.

É também autora de textos literários publicados em revistas e antologias e dos livros: *Breviário amoroso de Sóror Beatriz* – poemas; a trilogia *Essa Mulher* (*Mulher Emudecida*, *Mulher Umedecida*, *Mulher Enlouquecida*); *Amor a quatro mãos* – poemas; *O primeiro livro de Arthur* – crônicas; *Mulher qualquer, mulher* – poemas; *Prosa de Leitora*: sobre livros, autores e outros acepipes – volumes 1 e 2 – crônicas.

**Germinal:** Professora, inicialmente agradecemos imensamente pela oportunidade de entrevistá-la. É uma grande alegria contar com sua participação neste dossiê e divulgar tão relevante trabalho para a alfabetização no Brasil. Para começarmos, gostaríamos que a senhora contasse aos nossos/as leitores/as um pouco sobre sua trajetória de vida, entrelaçada pela intensa defesa da necessidade de tomarmos a história enquanto eixo na discussão da alfabetização no Brasil.

**MRLM:** Agradeço também e registro cumprimentos pela organização do dossiê sobre tema sempre atual e necessário. Nasci em 1954, na cidade de Araraquara/SP. Lá estudei desde o antigo curso primário, no Grupo Escolar Pedro José Neto, entre 1961 e 1964, até o ginásial (após aprovada em Exame de Admissão) e o colegial, na área de Exatas, entre 1965 e 1971, ambos no Instituto de Educação Bento de Abreu. Lá também cursei licenciatura em Letras – Português/Inglês, entre 1972 e 1975, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, encampada pela Universidade Estadual Paulista, criada em 1976. No grupo escolar, as turmas eram divididas em femininas e masculinas e organizadas, conforme “nível de aproveitamento” dos alunos, em turmas A, B etc. As carteiras escolares eram duplas e equipadas com porta-tinteiro, embora só pudéssemos usar caneta tinteiro a partir do 2º. ano. Fui alfabetizada com *Cartilha Sodré*. O período destinado à alfabetização se estendia até setembro do 1º. ano. Para comemorar, havia a tradicional “Festa do 1º. livro”, que coincidia com a comemoração do Dia da Árvore. No gramado que circundava internamente o prédio do grupo, devidamente enfileirados, cantávamos o Hino Nacional, o Hino à Árvore, cada turma plantava uma muda de árvore e recebíamos o primeiro livro, provavelmente da série de leitura graduada Sodré, no nosso caso. O único material de leitura nas aulas de Português e nas outras matérias eram livros didáticos. No final do 4º. ano primário, por ter conquistado o 2º lugar em aproveitamento, ganhei da professora um exemplar do livro de literatura infantil, *Haidi, a filha da montanha*, tradução do original da escritora suíça Johanna Spyri. Durante os quatro anos do curso ginásial, nas aulas de Português, não havia indicação de livros para “leitura extraclasse”. Estudávamos gramática normativa da língua e líamos apenas os textos ou fragmentos contidos no livro didático que, naquela escola, era a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Paschoal Cegalla, e fazíamos redações com temas sugeridos pelo autor. No curso colegial, além dessa gramática e do livro *Português*, de Domício Proença Filho, a professora indicou *Meu pé de laranja lima* e *Doidão*, ambos de José Mauro de Vasconcelos, para fazermos “trabalho” em grupo. São os únicos livros de literatura que lembro ter lido na escola.

Fora do ambiente escolar, porém, eu lia o que me caía nas mãos, como gibis, revistas ou jornal que minha mãe – professora primária – comprava ou assinava, alguns livros com adaptações de clássicos da literatura para crianças, como contos de fadas e *Dom Quixote*, que ela comprava de vendedores domiciliares. Foi assim que conheci e li, por volta dos 12 anos de idade, a obra de Machado de Assis e José de Alencar, em coleções da editora Agir. Definitivamente me apaixonei pela literatura, e a jornada de formação como leitora autodidata e eclética se ampliou com a descoberta da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade. Ali passava horas admirando e manuseando livros. Escolhia aleatoriamente, pelo título ou pela capa. Por sorte, a qualidade do acervo me possibilitou conhecer clássicos da literatura brasileira e universal, que tomava emprestados para ler em casa. Inspirada pelos autores e autoras que conheci e passei a admirar, escrevi meus

primeiros poemas. À poesia e a registros em meu diário íntimo eu me dedicava em momentos de solidão, após os deveres da escola e das aulas particulares de Português, Inglês e Francês. Essas atividades, que iniciei por volta dos 12 anos de idade, foram as primeiras que realizei como professora e poeta... e nunca mais as abandonei.

Durante o curso de Letras, além de professora particular, dei aulas em cursinho pré-vestibular, curso de Madureza e em algumas escolas públicas, substituindo professores em licença. Na faculdade, a formação como leitora se ampliou. O ecletismo e autodidatismo foram dando lugar à seleção mais criteriosa e sistemática de obras literárias, com as aulas de literatura brasileira, portuguesa, inglesa, norte-americana, francesa e a frequência assídua à biblioteca da faculdade e seu magnífico acervo científico e literário.

Concluído o curso de Letras, prestei concurso para o magistério público estadual paulista. Em escola do antigo ensino de 1º. e 2º. grau da cidade de Americana/SP, iniciei oficialmente a carreira de professora de língua e literatura. Depois pedi remoção para a cidade de Campinas, onde também trabalhei em escolas particulares, como professora e coordenadora pedagógica, e no CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, como professora-formadora de professores para ensinar a ler e escrever. Com os desafios e necessidades das novas atividades profissionais, a formação como leitora teve novo impulso. Simultaneamente, cursei o mestrado em Teoria Literária no IEL/Unicamp, que não concluí... Eram tempos do início da abertura política pós-ditadura militar de 1964. Novos desafios se impunham na defesa da educação pública. Decidi, então, cursar o mestrado em Educação na FE/Unicamp, a fim de contribuir para a ação-reflexão-ação como professora de língua e literatura. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica e com enquete sobre livros mais lidos por alunos do então 1º. grau de ensino em Campinas/SP, problematizei as relações entre leitura, literatura e escola, do ponto de vista da formação do gosto; a dissertação foi defendida em 1989. Depois, como formadora de professores – na monitoria de ensino na antiga Delegacia de ensino de Campinas, nas escolas particulares e no CEFAM –, outros novos desafios me levaram ao doutorado em Educação também na FE/Unicamp. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa, metodologia da pesquisa-ação com estudo de caso – também autobiografia de uma professora –, tematizei a formação de professores para o ensino de língua e literatura, o que resultou na tese *Em sobressaltos: formação de professora* (1991).

Concluído o doutorado, ingressei por concurso público na Unesp – campus de Presidente Prudente, como docente do curso de Pedagogia, para ministrar disciplina sobre metodologia da alfabetização. Novos desafios, novas dúvidas e nova busca de respostas, especialmente para a pergunta recorrente das alunas que queriam aprender o que era moderno, opondo-se ao tradicional na alfabetização. Optei então pela pesquisa histórica sobre ensino de língua e literatura, iniciando com a alfabetização escolar de crianças. Em 1992 passei a atuar também como docente e orientadora nos programas de pós-graduação em Letras, na Unesp – Assis, e em Educação, na Unesp – Marília, e em 1994 criei o Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”. Com os resultados da nova pesquisa, em 1997 defendi a tese de livre-docência intitulada *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994*. Por meio de abordagem histórica fundamentada em extensa pesquisa documental e bibliográfica, apresentei e problematizei aspectos

da história da alfabetização com ênfase no estado de São Paulo e na questão dos métodos de alfabetização como face mais visível das disputas por projetos de nação.

Em 1999, ingressei na Unesp – campus de Marília, desenvolvendo atividades de ensino e orientações acadêmicas – no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação –; de pesquisa vinculada ao grupo que criei; e de extensão universitária. Entre os inúmeros resultados dessas atividades, em 2010 organizei o I Seminário Internacional sobre Ensino de Leitura e Escrita, realizado na Unesp – Marília, durante o qual apresentei a proposta de criação da ABAlf – Associação Brasileira de Alfabetização, fundada em 2012 e que presidi no primeiro biênio. Desse seminário resultou também o livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*, que organizei e de que participo com três capítulos. Em 2012, foi vencedor do 54º. Prêmio Jabuti – Educação, da Câmara Brasileira do Livro.

Em 2011, fui aprovada em concurso para professora titular. Além das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Unesp – Marília, continuei lendo, escrevendo e publicando artigos, capítulos e livros científicos. Em 2019 iniciei a publicação de textos literários, com muitos dos poemas que estavam guardados havia décadas.

Penso que essa trajetória pode ser sintetizada em torno da formação literária e intelectual, como uma tentativa de compartilhar com outros, especialmente com as novas gerações, a importância da leitura e a função insubstituível da literatura na formação humana. Em outras publicações – por exemplo: Magnani (1993); Mortatti (2022) – narro mais detalhadamente aspectos aqui sintetizados sobre mais de seis décadas de formação como leitora e escritora e mais de meio século como professora, pesquisadora, formadora de professores e pesquisadores.

**Germinar:** Sabemos que há muitas disputas teóricas e divergências sobre o conceito de alfabetização. Para a senhora, o que é alfabetizar?

**MRLM:** Alfabetização é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. Ao longo da história da educação no Brasil, desde pelo menos meados do século XIX, diferentes sentidos e denominações foram atribuídos ao ensino inicial de leitura e escrita. O termo “alfabetização” se consolidou a partir das décadas iniciais do século XX. Quando não acompanhado de qualificativos, é frequentemente utilizado em referência à alfabetização escolar, ou seja, ao processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita em língua materna que ocorre na fase inicial de escolarização de crianças. Para designar processo semelhante em relação às pessoas analfabetas com 15 anos de idade ou mais, utiliza-se “alfabetização de jovens e adultos”. Trata-se de um conceito/definição brasileiro de alfabetização, característico da formação política, social, educacional e cultural do País, em que se destaca a vinculação original entre alfabetização e escola, dada a função estratégica dessa etapa escolar para a medida da eficácia da escola republicana, articuladamente a disputas por projetos de nação. (Mortatti, 2010, 2011, 2019)

Do ponto de vista do interacionismo linguístico que fundamenta minhas atividades como docente e pesquisadora, alfabetizar significa ensinar a ler e escrever na modalidade escrita da língua materna, no caso

dos falantes nativos (que já dominam a modalidade oral) ou como segunda língua, no caso de pessoas com deficiência auditiva que têm Libras como língua materna. Consiste, portanto, em ensinar a ler e produzir textos, entendendo-se texto como unidade de sentido e objeto de ensino-aprendizagem e considerando todos os aspectos da configuração textual responsáveis pelo sentido, não apenas aspectos isolados, como conteúdo, biografia do autor, contexto sócio-histórico, entre outros.

Ao menos três princípios norteiam esse processo de ensino-aprendizagem: aprende-se a ler lendo configurações textuais; a aprendizagem depende do ensino, que desempenha função determinante nesse processo; e ensinar é “fazer junto”, com auxílio do professor e outros alunos, conforme o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, de L. S. Vigotski. Para o desenvolvimento desse processo, é necessário oferecer diversidade de tipos e modalidades de textos, privilegiando-se a leitura de textos literários, mesmo não constando disciplina com denominação “literatura” ou “literatura infantil e juvenil”, nos cursos de Pedagogia, em que se formam alfabetizadores.

**Germinal:** Que conhecimentos a senhora considera essenciais para um alfabetizador?

**MRLM:** Quem alfabetiza obviamente precisa saber ler e escrever, além de gostar de ensinar, gostar de crianças e... gostar de ler, especialmente textos literários, por prazer. Mas não basta. É preciso formação inicial e continuada adequada que propicie refletir sobre a complexidade do ofício de alfabetizador e sobre os conhecimentos linguísticos, literários, didáticos, psicológicos, sociológicos, filosóficos, históricos, políticos, entre outros, que constituem o campo inter e transdisciplinar da alfabetização. De certo modo, não faltam “respostas” e orientações sobre o assunto. Estudos e pesquisas acadêmicas em diferentes campos correlatos assim como políticas públicas e programas institucionais vêm há tempos enfatizando a necessidade premente de investir na qualidade da formação de professores, por meio, por exemplo, de diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia e de oferta de cursos de formação continuada especialmente para execução de políticas públicas e aplicação didática de novos recursos de tecnologia educacional. Dado o acúmulo de conhecimento, informações e respostas, considero ser mais importante formular perguntas básicas e, por vezes, desconcertantes, como as que apresento Mortatti (2016):

[...] o professor que deseja ensinar a ler e escrever é, ele mesmo, alguém que usufrui da condição de letrado, que utiliza de fato da leitura e da escrita não somente para as finalidades pragmáticas e rudimentares da vida cotidiana? Ele sabe o que é ler e escrever? Conhece os fundamentos teóricos e científicos de sua prática docente? Participa dos debates e das discussões sobre o assunto? Reivindica para si a condição de protagonista, de fato, no processo histórico de proposição e discussão da alfabetização no Brasil? Ou se satisfaz somente com buscar respostas à precária pergunta: como devo fazer para cumprir minha obrigação?

E acrescento: esse professor conhece a história da alfabetização para evitar repetir, ingênua ou astutamente, o passado que diz ser tradicional e deseja superar? Ou para não se deixar enganar por propostas baseadas em métodos antigos, que se apresentam como novas e modernas...

**Germinal:** Recentemente a senhora escreveu sobre “Alfabetização e disputas seculares por projetos de nação”, poderia apresentar os pilares dessa disputa?

**MRLM:** Minhas reflexões sobre o assunto se desenvolveram na pesquisa que resultou na tese de livre-docência publicada no livro *Os sentidos da alfabetização...* (Mortatti, 2000; 2021) Especialmente desde o final do século XIX no Brasil, vêm se configurando tensas disputas relacionadas com “antigas” e “novas” explicações para o recorrente problema: a dificuldade das crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública. Com repetidos esforços de mudança ao longo desse período, busca-se superar o que se considera tradicional nesse ensino e fator responsável pelo seu fracasso dos alfabetizandos. Com base em extensa pesquisa documental, especialmente cartilhas de alfabetização e séries de leitura graduada, documentos oficiais, textos teóricos, organizei essa história em quatro momentos que considero cruciais. Em cada um deles se concentraram, sistemática e oficialmente, as disputas em torno da questão dos métodos de ensino da leitura e escrita e suas variantes: métodos de marcha sintética (silábico, fônico, silábico) ou métodos de marcha analítica (palavração, sentencição, historieta, global). Caracteriza-se assim um movimento histórico marcado por permanências e rupturas, visando à hegemonia de determinado método, que cabe ao professor aplicar, conforme decisões e interesses de grupos políticos na administração da educação pública. Intelectuais vinculados a esses grupos acusavam seus antecessores de antigos, tradicionais e responsáveis pelos males da alfabetização e se autodenominavam “modernos”, com objetivo de “modernizar” a educação como fator de “modernização” do País. Como aponto na tese/livro e em textos subsequentes, dado que a alfabetização (escolar) é fundamento da escola republicana, a questão dos métodos continua atuante e a face mais visível de disputas por projetos de nação. O exemplo mais recente é a desastrosa Política Nacional de Alfabetização (PNA) do MEC. Fundamentada na falsa afirmação de “evidências científicas” seus propositores comprovam que o método fônico é o que há de mais moderno e eficiente para combater o fracasso na alfabetização. Sob os auspícios da psicologia cognitiva e das neurociências, a PNA foi instituída/imposta em 2019, na gestão do então Presidente da República. A finalidade era combater “ideologias de esquerda” que os responsáveis por essa política de Estado afirma(va)m estarem contidas no pensamento e nas propostas de Paulo Freire e Magda Soares, equivocadamente acusados de responsáveis pelo fracasso da educação brasileira. Deve-se recordar, no entanto, que no Brasil o pensamento de Paulo Freire não fundamentou sistematicamente propostas e práticas para a alfabetização escolar de crianças, diferentemente da influência direta que exerceu e exerce como fundamento da educação popular e de jovens e adultos, aqui e em diversos países. (Mortatti, 2004; 2022) Por sua vez, a proposta de letramento, apresentada por Magda Soares nos anos 1990, desde então fundamento de políticas públicas para a alfabetização, consiste em “alfabetizar letrando”, ou seja, considera que a alfabetização inicial é necessária e deve caminhar em consonância com o letramento – usos e funções sociais da língua escrita.

Análise detalhada da PNA, suas motivações no âmbito da “guerra cultural”, finalidades político-ideológicas reacionárias e ultraconservadoras e a questionável neutralidade das mais modernas “evidências científicas” que sustentam as afirmações sobre a excelência do método fônico como solução para os

problemas da educação brasileira, esses são aspectos apresentados e problematizadas em Mortatti (2019a). Permanece, portanto, em versão atualizada, a “querela dos métodos” como apenas a face mais visível da disputa por projetos de nação, obrigando-nos a recordar a advertência de Paulo Freire, no livro *Educação como prática da liberdade*:

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar a sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca.

**Germinal:** No livro *Entre a literatura e o ensino: a formação do leitor* a senhora destaca que a escola também tem a missão de formar leitores. Que relações a senhora pode tecer entre o trabalho com a literatura e a alfabetização? Qual o lugar da literatura na formação do gosto pela escrita e pela leitura na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental?

**MRLM:** No ensaio “O direito à literatura” (1995), o professor e crítico literário Antonio Candido retoma e amplia reflexões sobre a função insubstituível para a formação humana da literatura em todas as suas modalidades, tipos e formas de expressão. Considera, ainda, seus aspectos paradoxais que levam professores a enfatizarem e ao mesmo tempo temerem o efeito dos textos literários, na relação conflituosa entre “[...] a ideia convencional de uma literatura que eleva e edifica (segundo os padrões oficiais) e a sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores”. Relacionando com a educação escolar, trata-se do direito à educação literária, ou seja, à *leitura literária da configuração textual de (bons) textos literários*. Esse é lugar de resistência à desumanizante (des)razão, à redução de ler e escrever a finalidades pragmáticas impostas por uma sociedade semiletrada como a nossa, de cujo cotidiano a literatura não faz parte. (Mortatti, 2014, 2019b) O objetivo da educação literária é formar leitores de textos literários e, se possível, também de autores de textos literários, o que não significa, porém, que a escola tenha como objetivo e função formar escritores.

Para formar leitores, é imprescindível que a literatura esteja presente no cotidiano da escola e sala de aula, em momentos de prazer e fruição – não de tarefa escolar obrigatória –, desde a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Mesmo para crianças que ainda não sabem ler sozinhas, o professor pode ler em voz alta, oralizando o texto escrito. Essa é uma atividade muito importante e diferente tanto da contação de histórias, que segue padrão da modalidade oral, quanto da aplicação de métodos de alfabetização. Ao oralizar o texto escrito em verso ou prosa, além do envolvimento com o assunto de interesse dos alunos, o professor proporciona fruição de histórias ou poemas e modelos de língua/texto escrito, que constituem aprendizado decisivo no processo de alfabetização escolar de crianças. (Mortatti, 2019b)

Penso, porém, que, apesar das políticas públicas e programas institucionais de incentivo à leitura, ainda são poucos os avanços na formação de leitores da literatura na escola, devido tanto à relação paradoxal que reduz o texto literário a uma função utilitária, como forma mais “agradável” de ensinar conteúdos

“úteis”, quanto das dificuldades enfrentadas por professores em sua formação e no cotidiano da profissão, ou por não serem leitores, de fato, ou porque são vigiados e pressionados para cumprirem programas e diretrizes oficiais...

**Germinal:** O dossiê tem como título, “vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas”. Desde 1989, com a publicação do livro *Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto* a senhora se debruça sobre essas questões. Com as mudanças sociais das últimas décadas, o que permanece e o que se altera quando pensamos o ensino da leitura e da escrita no presente?

**MRLM:** Nas últimas décadas, vêm ocorrendo transformações aceleradas em todas as dimensões da vida humana, em particular nas relações sociais, nos modos de interação e sociabilidade e nos modos e finalidades de produzir e compartilhar informações e conhecimentos. Esse novo contexto apresenta também novos desafios educacionais, tais como: desigualdade de acesso a recursos tecnológicos entre diferentes regiões do País e entre alunos de escolas públicas e particulares, assim como aumento do trabalho de professores, sem a devida contrapartida salarial, para se atualizarem e utilizarem novos recursos didáticos mais modernos e atraentes. Os avanços científicos e tecnológicos da Era Digital, em ritmo cada vez mais rápido e em escalas cada vez mais profundas, trazem benefícios consideráveis, mas também modificam, nem sempre para melhor, os modos de pensar, sentir, querer e agir das pessoas. Conectados com o mundo, navegando em mundos virtuais, inundados pelos atrativos e rapidez da apreensão de imagens, mergulhados no turbilhão de informações verdadeiras e falsas acessíveis em qualquer momento pela tela de computador e celular, “interagindo” com robôs geradores de textos compilados/plagiados e acompanhados de notificações incessantes que chegam por dispositivos móveis, parece restar pouco ou nenhum espaço em nossas vidas para o silêncio, o recolhimento e a concentração necessários para a reflexão e a leitura, em especial do texto impresso. Os efeitos no âmbito da educação e do ofício do magistério podem ser e vêm se mostrando desumanizadores e desanimadores. Mas não há nenhum recurso tecnológico, por mais inovador, que possa substituir o professor em sua função de ensinar na interação presencial, intencional e sistemática com os alunos em sala de aula e com os colegas de ofício, como atividades especificamente humanas e humanizadoras que a precária “interação” por meio virtual não consegue proporcionar.

**Germinal:** A revista *Germinal: marxismo e educação em debate* é lida por muitos educadores que sonham em contribuir com a construção do novo mundo livre das opressões. Que recado a senhora daria para esses/essas professores/professoras que leem essa revista?

**MRLM:** Ainda que possa parecer óbvio, meu “recado” a professores e professoras é fruto de vivências, reflexões, estudos e pesquisas durante mais de meio século, que sintetizo nesta entrevista. Se muita coisa mudou, muito ainda permanece como necessidade e possibilidade para quem escolhe essa profissão. Entre elas estão a busca constante de nos formarmos como seres humanos e professores, de participar do debate das questões sociais, políticas e educacionais de nossa época; de não desistir de ensinar para que seus alunos aprendam, em qualquer tempo e idade, resistindo a dificuldades e restrições, a processos de desumanização

e burocratização do ensino com finalidades e interesses alheios, que reduzem a atividade docente a treinamento de alunos para bom desempenho em rankings educacionais; estudar sempre todos aspectos envolvidos na atividade que realizam e desenvolver a prática da ação-reflexão-ação sobre seu ofício. Mas, sobretudo, é preciso gostar de ler e ler muito, em especial bons textos literários, por prazer, para a formação contínua do gosto estético e da postura ética, para não sucumbir a imposições externas, para poder formar leitores. De nada valem discursos sobre a importância da leitura, se o professor não gosta de ler e não é leitor, de fato. Parafraseando o ditado popular: as palavras podem comover, mas são os exemplos que arrastam. Melhor ainda: em vez de comodamente repetirem certezas, muitas assemelhadas a “lendas” que de tanto serem repetidas se tornam verdades, mais prudente é que professores/professoras busquem coletivamente coragem para acolherem dúvidas, questionarem o que parece natural, formularem perguntas que contribuam para a busca de soluções compartilhadas com os que ousam avançar.

Não se envergonhe de perguntar, camarada!

Não se deixe convencer

Veja com seus olhos!

O que não sabe por conta própria

Não sabe.

Verifique a conta

É você que vai pagar.

Ponha o dedo sobre cada item

Pergunte: O que é isso?

Você tem que assumir o comando.

(Brecht, 1986)

## Referências

BRECHT, Bertolt. Elogio do aprendizado. *In: Poemas 1913 – 1956*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 121.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In: Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

MAGNANI, Maria do Rosario Mortatti. **Leitura, literatura e escola**: sobre a formação do gosto. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (2. ed. 2001)

MAGNANI, Maria do Rosario Mortatti. **Em sobressaltos**: formação de professora. Campinas; Editora da Unicamp, 1993 (3ª. ed. rev. e ampl.. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2019).

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Editora Unesp, 2000 (2. ed. revista e ampliada, 2021).

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2010, vol.15, n. 44.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo (org.) *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011 (2ª. ed. Editora Unesp, 2012)

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 52, p. 23-43, abr./jun. 2014.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Analfabetismo no Brasil (2012). In: *Diálogos apócrifos*: sobre educação, ensino de língua e literatura [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 145-150

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. *Entre a literatura e o ensino: a formação do leitor*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. (Capítulos citados: “Sobre ensino da leitura” (1995); “Leitura e formação do gosto: por uma pedagogia do desafio do desejo” (1992).)

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Brasil, 2011: Notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, 7(3), 17–51, 2019a.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Ensino de leitura e escrita na escola brasileira: educadores “intelectuais orgânicos” e disputas seculares por projetos de nação. In: *Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa*. São Paulo: Editora Unesp, 2019b.

MORTATTI, Maria. Paulo Freire e Magda Soares: inspirações para esperar. In: CARDOSO, Katia Cardoso; AMÂNCIO, Nanci; RODRIGUES, Sílvia P.; BERTOLD, Sandra Bertold. (Org.). *História(s) de alfabetização, leitura e escrita: concepções, práticas e materialidades*. Rondonópolis/MT: EdUFR, 2022, p. 17-24.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Profana comédia: esboço de uma autobiografia intelectual não autorizada. In: RUIZ, D; GONTIJO, R. ZIMMERMANN, T. (Org.) *As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história: uma geração de pesquisadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2023.

VIGOTSKI, Lev S. A educação estética. In: *Psicologia pedagógica*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (publicação original em 1926)

---

## Notas

<sup>1</sup> Professora titular na UNESP – Universidade Estadual Paulista, escritora e poeta. É licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara-SP; mestre e doutora em Educação pela Unicamp; Livre-docente em Alfabetização pela Unesp. Atua no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP - Marília. Atuou em escolas públicas e particulares paulistas, como professora de língua portuguesa e literatura e coordenadora pedagógica. É líder do GPHEELLB – Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil. É Presidente Emérita da ABAlf – Associação Brasileira de Alfabetização. Integrou a Diretoria da UBE – União Brasileira de Escritores, em 2021. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7159018256371571> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1374-1425> E-mail: [m.mortatti@unesp.br](mailto:m.mortatti@unesp.br)

